

SISTEMA FAEP



Mala Direta Postal

1000015118-8/2006-DR/PR

FAEP

CORREIOS

impresso

BOLETIM informativo

www.faep.com.br | www.twitter.com/SistemaFAEP

Ano XXV

nº 1104

12 a 18 de julho 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

JUSTIÇA FAEP X Ministério da Agricultura



pág

12

Wenderson Araújo/CNA

}} LEGISLAÇÃO | PÁG 02



A aprovação do relatório da comissão especial

Os avanços do Código Florestal

» Pequena propriedade, área consolidada, reserva legal, área de preservação permanente (APP). Veja as mudanças



2

Capa

Código florestal



Arquivo

9

Candidatos

Beto e Osmar na FAEP



12

Ação judicial

FAEP X MAPA=STJ

14

Pronaf

A grana dos pequenos

16

Via Rápida

A imprensa, Mao Tse Tung, a jararaca, o pirarucu, o canhão e a Shakira



Divulgação

18

Cursos SENAR-PR

Mulher Atual, tratores, corte e costura, derivados de soja e desenvolvimento sindical



21

Direto ao produtor

Caracu, fertilizantes e seca

22

Milho

Classificação e leilão

Um Código

Comissão especial aprova

Convenientemente as câmeras da TV Câmara que transmitiram as sessões da Comissão Especial do Código Florestal evitaram mostrar as estridentes batalhas verbais entre a bancada rural e os ambientalistas, nas últimas segunda (05) e terça feira (06), em Brasília. Para adentrar ao auditório foram distribuídas senhas, disputadas quase aos tapas por representantes dos dois grupos. Com sua habitual tranqüilidade, o deputado paranaense Moacir Micheletto, presidente da Comissão, conseguiu colocar em votação na tarde da terça o relatório do seu colega alagoano e deputado por São Paulo, o paciente Aldo Rebelo.

Por 13 votos favoráveis e cinco contrários foi aprovado o Relatório da Comissão Especial. Os destaques foram rejeitados e o próximo passo é a votação no plenário da Câmara, que só ocorrerá após as eleições de outubro.

A Comissão começou os trabalhos na manhã de segunda feira, quando Rebelo apresentou as mudanças em relação ao substitutivo de lei apresentado no início de junho. Os deputados discutiram o tema e suspenderam a sessão. No início da tarde de terça feira, os líderes dos partidos na Comissão deram seus pareceres e em seguida começou a votação nominal. "Essa foi uma vitória importante para a proteção do meio ambiente. Vamos proteger o remanescente de nossas florestas, pois estamos propondo o desmata-



Wenderson Araújo/CNA

o para aperfeiçoar

texto do relator Aldo Rebelo. Agora, é no plenário

mento zero. Por outro lado, vamos regularizar as propriedades rurais", afirmou Rebelo. "Os produtores rurais esperavam mais e os ambientalistas também. Mas eu não fiz um relatório para atender a uma corporação específica, e sim para atender o interesse do país, que é compatibilizar a proteção do meio ambiente com a produção agrícola do Brasil. Acredito que alcançamos estes objetivos, mesmo que não totalmente", disse ele.

90% dos produtores

Rebelo destacou que o seu objetivo foi tentar regularizar a situação de 90% dos produtores brasileiros que "estão na ilegalidade e manter a vegetação que hoje temos no País". Isso, segundo ele, será possível por conta da pre-

visão de uma moratória de cinco anos, que não permitirá nenhum tipo de desmatamento para agricultura ou pecuária. "Nesse tempo, os proprietários rurais deverão fazer um Programa de Regularização Ambiental (PRA), onde devem se adequar à lei", disse

Com esse PRA será possível ter um diagnóstico da situação de florestas no país, o que não é possível hoje. "Vamos obrigar que os proprietários façam um registro do que possuem de área preservada em suas propriedades", disse Rebelo.

Como relator, o deputado paulista promoveu algumas mudanças, entre elas a questão da Reserva Legal em pequenas pro-

priedades. "Propriedades de até quatro módulos fiscais estão dispensados da recomposição da Reserva Legal, mas isso não permite que eles desmatem as partes preservadas. Minha proposta é de desmatamento zero", disse.

Um dos pontos polêmicos era em relação às Áreas de Proteção Permanente (APP). Rebelo tinha proposto a redução de 30 para 15 metros em cursos d'água de até dez metros de largura. "Mas os estados não terão o poder de reduzir as APPs", disse, referindo-se ao novo texto, que retira essa permissão aos estados. Além disso é a decisão importante constante no Relatório aprovado de que o produtor rural poderá somar a Reserva Legal à área de Preservação Permanente (APP). Ou seja, assim, juntando as duas, ele poderá obter os 20% exigíveis (na região sul) de cobertura florestal.

MICHELETTO e REBELO foram eficientes no comando da Comissão



* A DUPLA MICHELETTO E REBELO

Foi um duro, mas gratificante trabalho do presidente da Comissão, deputado Moacir Micheletto e do relator Aldo Rebelo, que correram todo o País ouvindo produtores, ambientalistas, cientistas e pesquisadores em busca de opiniões que conduzisse a um texto de bom senso ao meio ambiente e à agropecuária. A discussão das mudanças na legislação ambiental, em Brasília, foi acompanhada por centenas de produtores, vindos das mais diferentes regiões do país, principalmente do Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Eles representaram 27 federações, cooperativas e mais de 4 mil sindicatos de trabalhadores rurais. Suportaram e enfrentaram insultos, provocações e protestos dos ambientalistas e suas ONGs, que não queriam a aprovação do relatório agora. O desejo deles era aprová-lo somente depois das eleições, mesmo assim com as alterações propostas pelas entidades ligadas ao meio ambiente, as famosas ONGs (Greenpeace, WWF e Mata Atlântica, entre outras). Segundo Micheletto, o projeto agora será votado no plenário da Câmara no segundo semestre. “Estou confiante que após o segundo turno das eleições, se houver, o nosso relatório será aprovado no plenário da Câmara Federal, pois existe um acordo com as lideranças partidárias e o presidente Michel Temer neste sentido. Acredito, sim, em sua aprovação ainda neste ano”. O texto, posteriormente, ainda precisa passar pelo Senado Federal para seguir à sanção do presidente Lula.



* OS VOTOS

VOTARAM A FAVOR OS DEPUTADOS:

Anselmo de Jesus (PT-RO), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Homero Pereira (PR-MT), Moacir Micheletto (PMDB-PR), Paulo Piau (PMDB-MG), Ernandes Amorim (PTB-RO), Marcos Montes (DEM-MG), Moreira Mendes (PPS-RO), Aldo Rebelo (PCdoB-SP), Reinold Stephanes (PMDB-PR), Valdir Colatto (PMDB-SC) e Eduardo Sciarra (DEM-PR).

FORAM APENAS CINCO VOTOS

CONTRÁRIO: Ivan Valente (PsoL-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Dr. Rosinha (PT-PR), Ricardo Tripoli (PSDB-BA) e Sarney Filho (PV-MA).



* UM OLHO D'ÁGUA, UM CAMPO DE FUTEBOL

Imagine-se uma pequena propriedade com um olho d'água (fonte), nascente de um córrego com dois metros de largura. Pelo texto aprovado na Comissão do Código Florestal, o (in)feliz proprietário terá de manter em torno do olho d'água do tamanho de uma bola de futebol uma área preservada (APP) de 50 metros, algo como um campo de futebol.

Somará a isso, em todo o trajeto do riacho na propriedade, outros 15 metros de cada lado. Algo inviável, mas que poderá ser revisto pelos parlamentares mediante uma emenda ao relatório da Comissão, quando este chegar ao plenário da Câmara. É bom lembrar que o primeiro Código Florestal, de 15 de setembro de 1965, estabelecia cinco metros de área de preservação permanente (APP) para os rios com menos de 10 metros de largura.





No peito e na raça

Sempre liderados pelas ONGs com base em países estrangeiros que não tem, nem nunca tiveram Códigos para domar o desmatamento de seus territórios, os ambientalistas tiveram uma surpresa em Brasília. Durante os dias 5 e 6 últimos, quando a Comissão Especial do Código Florestal se reuniu para votar o Relatório do deputado Aldo Rebelo (SP), encontraram uma barreira humana. Eram presidentes de Sindicatos Rurais, líderes do agronegócio e produtores que desembarcaram na capital federal e desde madrugada desses dias defenderam a capacidade do Brasil manter sua segurança alimentar.

Enfrentaram insultos, descortesias, palavrões e ameaças dos comandados pelas ONGs, mas foram vitoriosos com os 13 votos a favor e apenas 5 contra ao Relatório. As ONGs deveriam repetir essas cenas nos parlamentos europeus e norte-americano.



RESERVA LEGAL

Tema	Como está no Código (Lei 4771/1965)	A nova proposta (PL 1876/1999)
Pequena propriedade rural	Não há isenção de Reserva Legal para nenhuma propriedade.	As pequenas propriedades estão liberadas da recomposição da Reserva Legal, mas não poderá haver nenhum corte na vegetação remanescente.
Demais propriedades	Devem deixar 20% (região sul) de RL na propriedade	Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do Percentual da Reserva Legal
Recomposição da Reserva Legal	Dentro da mesma micro-bacia hidrográfica	A recomposição da Reserva Legal deve ser feita no mesmo bioma e equivalente em importância ecológica e extensão
	Hoje o prazo de recomposição de reserva legal finda em 2018	Aumentou o prazo de recomposição da Reserva Legal para 20 anos
Plano de Regularização Ambiental		Os Planos de Regularização Ambiental devem ser elaborados pelos Estados e preverão as medidas de recomposição dessas faixas ao longo dos cursos d'água com base em critérios técnicos.
	Não há previsão neste sentido	Instrumento que permite ao estado disciplinar a forma de atendimento a legislação ambiental, sendo definido o prazo de 5 anos para que seja implementado
Área rural consolidada	Não há previsão neste sentido	Permite conceder tratamento diferenciado as ocupações antrópicas consolidadas com atividades agrosilvopastoris, construções e benfeitorias até 22 de junho de 2008
Desmatamento		Período de 5 anos onde não será permitido o corte raso de novas áreas de floresta nativa para a abertura de novas áreas destinadas à agricultura e pecuária

OUTRAS ALTERAÇÕES IMPORTANTES

» Tornou mais rígida a obrigação de recomposição de Área de Preservação Permanente (APP), deixando clara que os proprietários serão punidos caso não façam - Tendo ocorrido supressão não autorizada de vegetação em área de Preservação Permanente, o proprietário da área é obrigado a promover a recomposição da vegetação, sem prejuízo e sem aplicações de multas. art. 7º. Entretanto, o Programa de Regularização Ambiental poderá regularizar as atividades em área rural consolidada nas Áreas de Preservação Permanente, vedada a expansão da área ocupada e desde que adotadas as medidas mitigadoras recomendadas. Art (art 25 §1º)

» Poderá ser instituída a reserva Legal em regime de Condomínio ou coletiva entre propriedades rurais. E o proprietário que mantiver a Reserva Legal conservada e averbada em área superior aos percentuais exigidos poderá instituir servidão florestal sobre a área excedente. (Art 16)

» Permitiu a o proprietário que comprovarem a manutenção de vegetação nativa na área de Reserva Legal nos percentuais exigidos na forma da legislação em vigor à época em que ocorreu supressão de vegetação, ficam dispensados de promoverem a recomposição ou compensação. (Art 49)



O dilema agrícola do Paraná

O exemplo do nosso Estado na análise do relator



* ALDO REBELO, deputado federal (PCdoB-SP), relator do Código Florestal, presidiu a Câmara dos Deputados e foi ministro de Relações Institucionais no governo Lula.

* Publicado em "O Estado do Paraná" (06/07/2010)

Grande produtor agrícola brasileiro, o Paraná tem uma peculiaridade ambiental: preserva até hoje 23% da sua cobertura vegetal nativa. É como se o Paraná tivesse criado uma enorme Reserva Legal estadual. Ainda assim, apenas 3,55% das propriedades rurais paranaenses cumprem essa exigência - a Reserva Legal - do Código Florestal. Os outros 96,45% imóveis agrícolas estão na ilegalidade, somando 14,7 milhões de hectares de terras.

Para enquadrá-los na legislação ambiental, seria necessário replantar matas em 2,9 milhões de hectares, hoje capazes de produzir cerca de 12 milhões de toneladas de alimentos por ano.

O dilema do Paraná é emblemático da questão agrícola no Brasil. Os produtores paranaenses não violaram as leis ambientais. A lei é que foi se tornando mais restritiva e impondo novas normas impossíveis de serem cumpridas. Quem até então cumpria a legislação virou "predador da natureza" num piscar de olhos, sem ter feito nada errado.

Ao contrário, parte dos problemas atuais é consequência do modelo de colonização das regiões oeste e sudoeste pelo governo estadual. Segundo proprietários rurais ouvidos em duas audiências públicas da Comissão Especial de Reforma do Código Florestal no Paraná, na década de 50 aqueles que receberam ou compraram terras eram obrigados a desmatar para obter financiamento. Na década de 60, um surto de febre amarela levou o governo estadual a colocar máquinas para desmatar até mesmo as margens dos rios.

Na década de 70, foi estimulada a implantação da suinocultura, com instalações em cima de lâminas d'água, integrando-a com a piscicultura.

Na década de 80, no programa público Pró-Várzea, as máquinas do governo em troca só do óleo secavam os banhados e áreas úmidas para torná-las produtivas. Na década de 90, alguns remanescentes florestais foram desapropriados para a reforma agrária, porque eram considerados improdutivos. Na década de 2000, quem fez tudo isso recebeu multa e virou criminoso ambiental.

O drama dos paranaenses se reproduz no resto do Brasil, onde 90% das propriedades rurais de até quatro módulos fiscais passaram a ser irregulares, pois não possuem a Reserva Legal, no seu todo ou em parte, e a partir de junho de 2011 passarão a ser aplicáveis as multas previstas no Decreto 6.514. Recompôr essas reservas custará em média o equivalente a dois anos de faturamento de cada produtor rural.

Um investimento desse porte não poderá ser feito sem grande sacrifício econômico e social. O movimento natural será a venda das pequenas propriedades, com o agrupamento em unidades fundiárias cada vez maiores, nas quais é mais viável cumprir a exigência.

Por isso, como relator da Comissão Especial de Reforma do Código Florestal, tenho me empenhado em tornar essa legislação mais racional e adaptada à realidade brasileira, sem abrir mão da preservação do meio ambiente.

O debate sobre o Código Florestal gira principalmente em torno da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente. O substitutivo que apresentei no dia 8 de junho trata desses dois assuntos, propondo exigir Reserva Legal somente dos imóveis acima de quatro módulos fiscais, e nos percentuais hoje estabelecidos: na Amazônia Legal, 80% em áreas de floresta e 35% em áreas de savana ou campo; nas demais regiões do país, 20%. Quem já tem Reserva Legal, ou apenas parte dela, também não vai poder desmatar. Mas, se não tem, não precisará recompôr.

Em relação às Áreas de Preservação Permanente, as atuais serão mantidas, acrescentando-se uma faixa inicial menor, de quinze metros, para os cursos d'água com menos de cinco metros de largura, e retirando-se os topos de morros.

Defendo que a nova legislação procure harmonizar duas coisas fundamentais para o País: a preservação do meio ambiente e a manutenção dos sistemas de produção agrícola. O Brasil não pode optar apenas por uma delas.

“O dilema do Paraná é emblemático da questão agrícola no Brasil. Os produtores paranaenses não violaram as leis ambientais. A lei é que foi se tornando mais restritiva e impondo novas normas impossíveis de serem cumpridas”

Da: FAEP

Ao: futuro governador

Assunto: Um plano

diretor do agronegócio



Fernando dos Santos

Beto e Ágide



Arquivo

Ágide e Osmar

Num balanço da economia rural paranaense, a saída está na criação de uma Agência de Desenvolvimento e um Instituto dedicado à sanidade animal e vegetal

Nos dias 5 e 13 deste mes, respectivamente, os dois principais candidatos ao governo do Estado, Beto Richa (PSDB) e Osmar Dias (PDT) estiveram na sede da FAEP, em Curitiba, e receberam, depois de uma exposição detalhada, o “Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná”. O documento, coordenado pelo professor economista Rogério Berger com análises produzidas pelo Departamento Técnico da FAEP, mostra o decréscimo da participação do Paraná no PIB e outros indicadores do agronegócio. Esse

panorama é reflexo da perda de dinamismo da economia do Estado, demonstrando que a produção de grãos apoiado no modelo de incorporação de novas áreas e aumento da produtividade, esgotou-se. “A economia do interior do estado, dependente da agropecuária e do agronegócio, apresenta evidentes sinais de estagnação”, disse o presidente da FAEP, Ágide Meneguette aos dois candidatos. “a situação é preocupante, porque 7 milhões de paranaenses dependem direta ou indiretamente do que pro-

SEGUIE >>>>>>>

Entidade de direito privado e diretamente vinculada ao Governador do Estado, para gerir os instrumentos de política agroindustrial que o Estado dispõe e vier a criar como: incentivos fiscais, financiamentos, facilidades, apoio institucional entre outros. Entre outras atribuições, caberia à Agência:

- » Identificar no mercado interno e externo oportunidades de mercado de produtos que possam ser produzidos no Paraná;
- » Identificar grupos ou empresas nacionais ou estrangeiras capazes de se interessar por investimentos no Paraná;

*** SANIDADE**

- » Criação e implantação do Instituto Paranaense de Defesa Animal e Vegetal, em substituição ao DEFIS (SEAB-PR), com novas atribuições para a garantia permanente nas áreas de Defesa Animal e Vegetal. Entre suas atribuições o Instituto oferecerá:
 - » A garantia as condições necessárias para a obtenção e manutenção do status do estado livre de febre aftosa sem vacinação;
 - » Concentrar a fiscalização da defesa animal nas áreas de fronteiras de maior risco, caso do Estado do Mato Grosso, e pressionar o governo federal a fiscalizar as fronteiras do Paraguai e Argentina;
 - » Fortalecimento do Programa Estadual de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose;
 - » Ampliar a parceria público-privada na gestão da rede de defesa agropecuária, com o apoio da iniciativa privada nos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária, CONESA, FUNDEPEC e Governo do Estado através do DEFIS/SEAB;
 - » Incentivar a implantação da rastreabilidade no Estado do Paraná de acordo com o novo modelo nacional;
 - » Criar e implantar o Instituto Paranaense de Defesa Animal e Vegetal, em substituição ao DEFIS com

novas atribuições para ter garantia permanente nas áreas de Defesa Animal e Vegetal.

ANIMAL

- » Orientar as boas práticas de saúde animal em: sanidade, rastreabilidade dos rebanhos e certificação da propriedade agropecuária;
- » Controle intensivo e permanente de outras doenças como, por exemplo, a raiva, carbúnculo, peste suína, doença de aujeszki e influenza aviária.

VEGETAL

- » Intensificar a certificação da produção paranaense de sementes, mudas e o controle da importação de outros Estados;
- » Concentração de esforços das instituições de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias alternativas para o controle de pragas e doenças;
- » Modernizar a Lei de Registros de Agroquímicos possibilitando a utilização de produtos modernos, mais seguros para a saúde humana e para o meio ambiente.



Fotos: arquivo



Dia 19, FAEP reúne Beto e Osmar

No próximo dia 19, no Hotel Radisson, os dois principais candidatos ao Governo do Paraná terão um encontro com a Diretoria da FAEP, de suas Comissões Técnicas, centenas de líderes rurais e diretorias dos Sindicatos Rurais de todo o Estado. Depois de apresentar individualmente uma síntese do “Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná”, a FAEP entregou a ambos uma completa radiografia da economia rural paranaense e convidou Beto Richa e Osmar Dias para esse encontro. Lá estarão os principais representantes do PIB do Paraná no campo para ouvir o que os candidatos pretendem fazer se eleitos para promover a agropecuária e avançar nos setores a ela vinculados (tributação, infraestrutura, sanidade e logística).

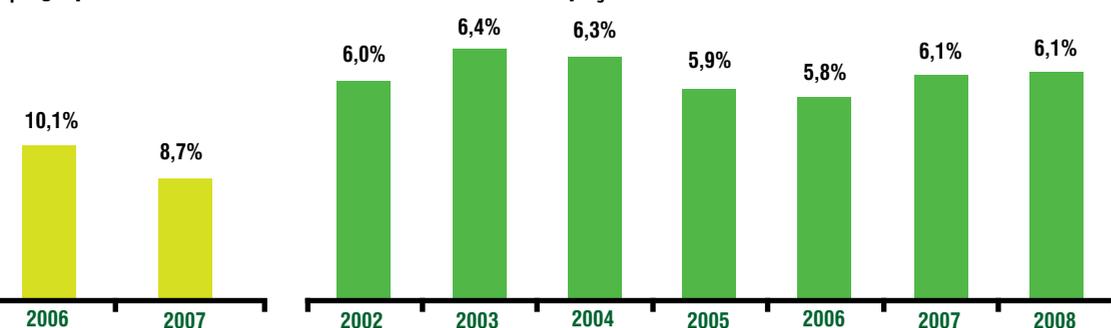
(AGROPECUÁRIO)

*** BRASIL E PARANÁ | PIB (PRODUTO INTERNO BRUTO)**

Fonte: IBGE/IPARDES

| Agropecuário do Brasil

Participação do Paraná no PIB do Brasil



Em defesa do produtor

FAEP impetra mandado de segurança contra o Ministério da Agricultura

A FAEP entrou com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a portaria assinada pelo ministro da Agricultura, Wagner Rossi, que reduziu em 10% o preço mínimo do trigo. O principal argumento utilizado pelos advogados da FAEP foi o fato que, de acordo com a lei, os preços mínimos são definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e publicados pelo Ministério da Agricultura “com antecedência de no mínimo 60 (sessenta) dias do início das épocas do plantio”. A época do plantio de trigo no Paraná iniciou em 11 de março de 2010 e terminou em 20 de julho. Esses prazos foram definidos no zoneamento agrícola mediante duas Portarias do Ministério da Agricultura. A Portaria nº 380, de 10 de dezembro de 2009 publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 14 de dezembro de 2009, e teve vigência até 30 de março. Nesta data passou a vigorar a Portaria nº 79, de 30 março de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de março de 2010.

Para decidir quais serão as lavouras a serem cultivadas em cada safra, os agricultores planejam com antecedência ao período de plantio e consideram na realização de novos investimentos os custos de produção da cultura escolhida, os preços de mercado e a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), divulgada pelo Ministério da Agricultura a cada ano-safra.

A fixação antecipada do preço mínimo serve como parâmetro de orientação aos agricultores para a alocação de recursos e para a tomada de decisão sobre a escolha das culturas a serem implantadas, ampliação ou redução de área, compra de insumos e a contratação do crédito e do seguro. “Historicamente, no Paraná, os produtores de trigo planejam a compra de insumos nos fornecedores e cooperativas entre dezembro e começo de janeiro”, diz Klauss Kuhnen, assessor Jurídico da FAEP, autor do mandado. Portanto, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é um mecanismo da política agrícola do Governo Federal que busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto, especialmente quando o preço de mercado está abaixo do custo de produção e, com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos.

Assinou e não viu?

O curioso, lembra Kuhnen, é que “o próprio Governo Federal que orienta quanto às datas de início e fim da colheita, não pode alegar desconhecimento sobre esse fato”. De fato, em 1º de julho último, através da Porta-



ria 478, o Ministério da Agricultura reduziu em 10%, numa clara desobediência ao Decreto-Lei nº 79/66. A definição do preço mínimo deveria ter ocorrido até o dia 11 de janeiro de 2010, 60 dias antes do início do plantio do cereal. Quando o ministro decidiu pela redução faltavam apenas 20 dias para o fim do plantio, segundo o zoneamento de seu Ministério e 91% das sementes estavam no solo.

O preço e o tipo

Para o Paraná, o custo operacional de produção do trigo calculado pela Conab registrado nos principais polos produtores de trigo é de R\$ 32,10 (trinta e dois reais e dez centavos) pela saca de 60kg em Londrina e R\$ 33,27 (trinta e três reais e vinte e sete centavos) pela saca de 60kg em Cascavel.

A redução de 10% imposta ilegalmente pela Portaria nº 478 vigora desde 1º de julho e os preços mínimos que serão adotados na região Sul durante a safra 2010/2011 irão variar de R\$ 19,20 (dezenove reais e vinte centavos) o trigo branco

“O próprio Governo Federal não pode alegar desconhecimento sobre esse fato”

KLAUSS KUHNEN, assessor jurídico da FAEP, autor do mandado



Fernando dos Santos

tipo 3, a R\$ 29,97 (vinte e nove reais e noventa e sete centavos) o trigo melhorador tipo 1.

O Paraná produz principalmente o trigo tipo 1 pão, o qual após a redução de 10% ficou com preço mínimo de R\$ 28,62 inferior ao custo de produção calculado pelo próprio governo federal através da Conab. A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB/PR), também realiza levantamento de custos, estimando em R\$ 32,27 (trinta e dois reais e vinte e sete centavos) o custo de produção para o trigo no Paraná.

Insegurança

“A Portaria n° 478, editada quando o plantio do trigo chegava ao final no Paraná, se mantida, cria um perigoso precedente, por não falar em própria insegurança alimentar e jurídica”, argumenta Kuhnen, “é uma questão de interesse nacional para a estabilidade da agricultura e normalidade do abastecimento”. Com pedido de liminar o mandado de segurança contra o ministro da Agricultura foi entregue na última quinta-feira (08), em Brasília.

Prejuízos de R\$ 62 milhões

O Paraná é o maior produtor de trigo do país, responsável por mais de 50% da produção nacional e R\$ 62,6 milhões pode ser o prejuízo do Paraná se mantida a redução ilegal de 10% do preço mínimo da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

O estudo foi realizado pela economista Tânia Moreira, da FAEP. A intenção do mandado de segurança é obter uma liminar que garanta os valores que vigoravam no começo do plantio da safra.

Esse prejuízo impactaria no bolso dos produtores rurais e das cooperativas, caso o governo tivesse que apoiar a comercialização de trigo no segundo trimestre e se os preços atuais de mercado sejam mantidos em R\$23,50 com custo de produção em torno de R\$32,00 a saca de 60kg.

Nessa estimativa, o governo apoiaria a comercialização de 1 milhão de toneladas no PR (com PEP e AGF) como o fez na safra 2009.

Porque o preço mínimo

» O preço mínimo, basicamente, é utilizado de duas formas:

- a para o Governo Federal comprar produtos dos agricultores ou para apoiar o escoamento da produção;
- b na concessão de empréstimos para os produtores ou cooperativas para estocagem.

No primeiro caso, o Governo adquire o produto e este passa a integrar os estoques públicos de abastecimento ou, através do apoio à comercialização, é viabilizado o escoamento da região produtora para a região consumidora.

No segundo caso, por meio do crédito rural, o produtor é financiado para estocar a produção e comercializar em uma conjuntura mais favorável. O preço mínimo, neste caso, serve para determinar o valor do empréstimo, com base na quantidade de produto que será objeto do financiamento.

O apoio à comercialização por parte do Governo também é necessário para garantir a transferência do excedente de uma região para outra, pois o custo de escoamento da safra é alto, devido à falta de infraestrutura. Portanto, a PGPM busca assegurar, ao mesmo tempo, renda estável ao produtor e suprimento ao consumidor final a preços competitivos.

* ENQUANTO ISSO, LULA...

“... o que eu quero é o seguinte, pelo amor de Deus, gente, plantem, plantem, porque o Brasil vai precisar e muito da nossa agricultura para que a gente saia dessa crise, mais forte e muito mais robusto...”

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA, em Londrina, julho de 2009



O Plano Safra da Agricultura

R\$ 16 bilhões,
redução de juros
e limites maiores
a financiamentos

O Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicou no dia 30.06 o Plano Safra para a Agricultura Familiar, estabelecendo a política agrícola para a safra 2010/2011.

Os recursos disponibilizados tiveram um acréscimo de 6,7 %, passando de R\$ 15 bilhões da safra passada para R\$ 16 bilhões na atual. Embora tenha sido aplicado apenas 69% dos recursos da safra passada (R\$ 10,28 bilhões), houve um acréscimo nos recursos para este ano. O percentual elevado de municípios que atingiram o limite de inadimplência estabelecido pelos agentes financeiros, somado a diminuição da capacidade de pagamento dos produtores em função dos baixos preços dos seus produtos e o grau de endividamento, foram os principais responsáveis pela aplicação dos recursos a quem do disponibilizado.

Possivelmente para aumentar o interesse dos produtores na tomada de recursos e a adequação da sua capacidade de pagamentos, houve redução nas taxas de juros e elevação dos limites de financiamento nas operações de custeio e investimento.

Algumas culturas importantes como o feijão, milho, arroz, mandioca e soja, que na safra anterior tinham um rebate na renda bruta de 30%, passaram a 50% aumentando a possibilidade do acesso de produtores que anteriormente não tinham enquadramento no Pronaf em função da renda bruta anual acima do limite estabelecido.

Conforme a Resolução 3.868, de 17.06.2010 do Banco Central do Brasil, a referência de renda bruta para enquadramento no Pronaf é de R\$ 110.000,00 anual, entretanto, é importante o produtor compreender que, dependendo das atividades econômicas que ele desenvolva na propriedade, esse valor pode ser muito maior pelos rebates (descontos) que ele tem sobre cada uma das atividades que originam a sua receita.



★ PRODUTOS E REBATIMENTO DA RENDA BRUTA

Produtos	Safra 2009/10	Safra 2010/11
Açafrão, algodão-carão, amendoim, arroz, aveia, cana-de-açúcar, centeio, cevada, feijão, fumo, girassol, grão de bico, mamona, mandioca, milho, soja, sorgo, trigo e triticale, bem como das atividades de apicultura, aquicultura, bovinocultura de corte, cafeicultura, fruticultura, bovino-caprinocultura e sericicultura.	30%	50%
Turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura, floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada suinocultura não integrada;	70%	70%
Avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria;	90%	90%

Mais alimentos

O programa Mais Alimentos, específicos para investimentos, mantiveram os juros em 2% mas teve aumento no limite individual de R\$ 100.000,00 para R\$ 130.000,00. Como inovação foi criado o crédito coletivo no Programa, antes inexistente, e que agora passa a financiar investimentos para grupo de produtores com limite de até R\$ 500.000,00.

Entretanto, a cultura da soja continua sem ter amparo nessa linha de investimentos o que não justifica, pois além de ter sido aumenta-

ltura familiar - 2010/11

Arquivo



do o seu limite no custeio, o rebate na receita também foi ampliado de 30% para 50% da renda bruta anual.

Outra inovação foi a criação do seguro de clima para as operações de investimento. É um seguro opcional, com pagamento adicional de 2%, que dá amparo ao produtor quando as culturas relativas a esse investimento sofra alguma frustração por questões climáticas.

O Pronaf vem sendo ampliado a cada Plano Safra desde a sua criação. No seu início, em 1996, eram poucos os produtores do nosso sistema sindical que poderiam se enquadrar. Com a lei 11.326, de 24.07.2006, que regulamenta a agricultura familiar, nossos produtores passaram a ter maior possibilidade de enquadramento, o que vem sendo ampliado a cada ano. Resta aos produtores, através dos seus sindicatos, obterem informações para avaliação se tem enquadramento ou não no Pronaf.

A tabela ao lado mostra as condições atuais das diversas modalidades de créditos do Pronaf e as mudanças comparativas à safra passada:

DESCRIMINAÇÃO	ANO SAFRA 2009/10	ANO SAFRA 2010/11
CUSTEIO AGRICOLA		
Limite	Até 40.000	Até 50.000
Juros	1,5% aa até 5,5% aa (*)	1,5% aa até 4,5% aa (*)
INVESTIMENTO		
limite	Até 36.000	Até 50.000
juros	1% aa a 5% aa (*)	1% aa a 4% aa (*)
PRONAF MULHER		
investimento	Até 36.000	Até 50.000
Juros	1% aa a 5% aa (*)	1% aa a 4% aa (*)
PRONAF JOVEM		
investimento	Até 7.000	Até 10.000
Juros	1% aa	1% aa
MICRO CRÉDITO		
Juros	0,5%	0,5%
Limite	Até 1.500	Até 2.000
PRONAF FLORESTA		
<i>Regiões N, NE, CO</i>		
limite	Até 10.000	Até 20.000
juros	1% aa	1% aa
<i>Outras regiões</i>		
limite	Até 7.000	Até 10.000
juros	1% aa	1% aa
PRONAF COTAS PARTES		
<i>Pessoa física</i>		
limite	Até 5.000	Até 10.000
juros	4% aa	4% aa
<i>Pessoa jurídica</i>		
limite	Até 5 milhões	Até 20 milhões
juros	4% aa	4% aa
PRONAF MAIS ALIMENTOS		
limite	Até 100.000	Até 130.000
juros	2% aa	2% aa
<i>Projetos Coletivos</i>		
limite	-	Até 500.000
juros	-	2% aa
PAA/CONAB		
<i>Compra direta</i>		
limite	Até 3.500	Até 8.000
<i>Formação de estoque</i>		
limite	Até 3.500	Até 8.000
<i>Compra com doação</i>		
limite	Até 3.500	Até 4.500
<i>Leite (semestral)</i>		
limite	Até 3.500	Até 4.000
PGPAF		
limite	Até 3.500	Até 5.000
SEAF		
	Apenas custeio	Custeio e investimento
PRONAF AGROINDÚSTRIA		
<i>Projeto Individual</i>		
limite	Até 18.0000	Até 20.000
<i>Projeto Coletivo</i>		
limite	-	500.000 a 10 milhões
PRONAF AGROEC. E ECO		
limite	Até 7.000	Até 50.000
juros	1% aa	4% aa
PNCF		
limite	40.000	80.000
juros	0,5%	0,5%

(*) Dependendo do valor a ser financiado

Por Nilson Hanke Camargo, engenheiro agrônomo do DTE/FAEP

Fotos: Arquivo

DEU NA IMPRENSA

"Bio-assassino"?

» O caso do abate de dois guarás, pássaros ameaçados de extinção será submetido à comissão de ética do Conselho Regional de Biologia. O abate, ocorrido em maio em Guaratuba, foi noticiado pela Gazeta do Povo. O biólogo Lourí Kleemann Júnior foi credenciado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para realizar pesquisa na Área de Proteção Ambiental de Guaratuba e coletar outras duas espécies, tapicuru-de-cara-pelada e caraúna-de-cara-branca, mas abateu os guarás. Ele teria confundido as espécies. O IAP poderá multá-lo em até R\$ 50 milhões.

*Gazeta do Povo***Haja dinheiro!**

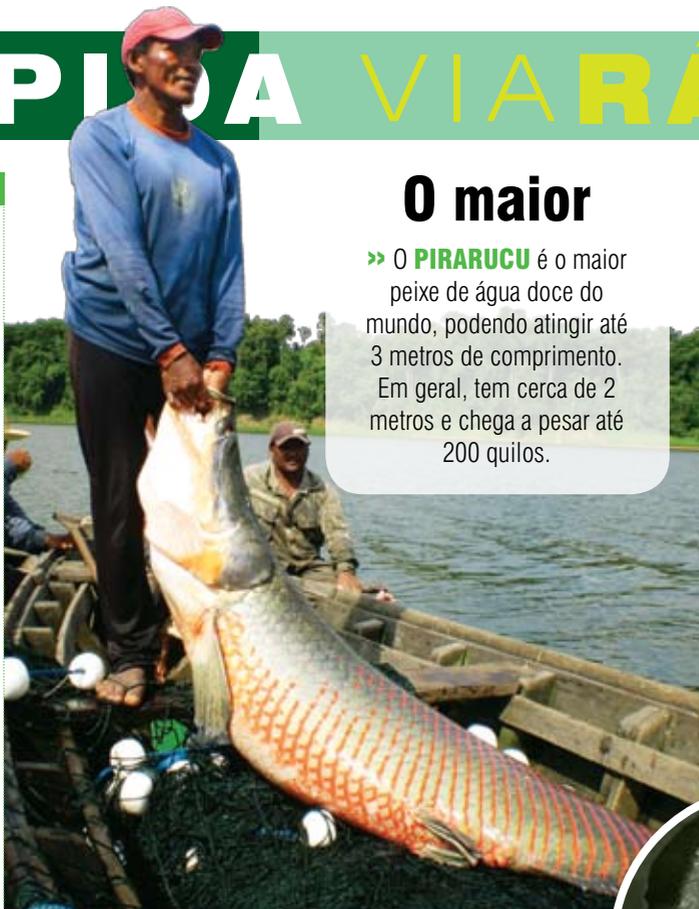
» Além de algumas concessões para atender a pressões por novos reajustes para os servidores do Legislativo e do Judiciário, o Congresso aprovou e o presidente Lula sancionou, nesses seis primeiros meses do ano, a criação de 37.101 cargos e funções comissionadas nos três poderes da República. O impacto dessas novas vagas é de R\$ 1,94 bilhão ao ano, quando todas forem preenchidas. Na primeira metade do ano eleitoral, transformaram-se em lei 19 projetos criando novas vagas.

*O Globo***Insônia**

» A Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado aprovou ontem projeto de lei que flexibiliza o horário de transmissão da Voz do Brasil. Pelo texto, as rádios comerciais, hoje obrigadas a apresentar o programa das 19h às 20h, poderão iniciar a divulgação a qualquer momento entre as 19h e às 23h.

*Das Agências***“Baixaram o documento errado”**

DILMA ROUSSEF, candidata do PT, sobre o seu programa radical (controle da imprensa, invasões de terras, etc) retirado às pressas do TSE

**O maior**

» O **PIRARUCU** é o maior peixe de água doce do mundo, podendo atingir até 3 metros de comprimento. Em geral, tem cerca de 2 metros e chega a pesar até 200 quilos.

Primeirona

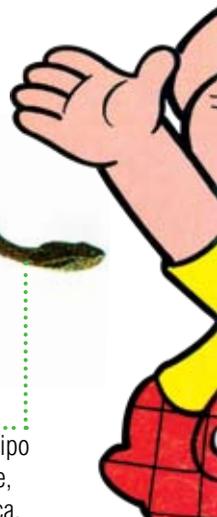
» O "pai do rádio brasileiro" foi **EDGARD ROQUETE PINTO**. Ele e Henry Morize que fundaram em 20 de abril de 1923 a primeira estação de rádio brasileira: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Foi aí que surgiu o conceito de "rádio sociedade" ou "rádio clube", no qual os ouvintes eram associados e contribuíam com mensalidades para a manutenção da emissora.

**Estado civil**

» O Brasil jamais teve um presidente da República solteiro. Ao longo desses 109 anos de república, apenas um viúvo - **HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO** tomou posse do cargo. Apenas um presidente, Hermes da Fonseca, enviuvou e casou durante o mandato. Da mesma forma, somente um deles, Fernando Collor de Mello, era divorciado.

**Jararaca**

» Também conhecida como **JARARACUÇU, URUTU, COTIARA, CAIÇARA, BOCA-DE-SAPO**. Existem em todo o Brasil e em todo tipo de terreno e vegetação. Sua picada causa inchaço e perda de sangue, inclusive pelas gengivas. Dizem que também é encontrada na política.



J. Potoka

EM NA FOTO



Que preguiça...

» Volta e meia a população que mora às margens de rodovia protesta irada pedindo segurança e passarelas. Não é o caso que ocorre em Manaus (AM). Lá a rodovia rasgou a floresta e a bicharada corre o risco de atropelamentos. Por isso, a preguiça **SHAKIRA** que volta e meia teima em ver o namorado **LATINO** do outro lado da rodovia, é engatada num tronco para retornar ao seu lar na floresta. Latino não tem coragem de cruzar a rodovia.

Canhão

» A palavra "canhão" vem do espanhol "caño" e significa cano grande. Foi inventado no século XIV e usado pela primeira vez na Batalha de Crecy, em 26 de agosto de 1346, durante a Guerra dos Cem Anos. Foi decisivo para que um exército inglês de 50 mil soldados derrotasse seu adversário francês de 100 mil homens.



134 milhões

» é o número de **ELEITORES** que votarão em **20.839** candidatos registrados aos vários cargos em disputa.

Tremendo cascão

» **MAO TSÉ TUNG**, supremo guia dos povos chineses no século XX, era um cascão. À medida que se tornava mais poderoso ia desistindo de sua higiene pessoal. Apesar de ser extremamente culto, gostava de falar abertamente sobre os movimentos dos seus intestinos. Quando fazia muito calor, sem a menor cerimônia, tirava as calças na frente dos convidados. Só ingeria alimentos de cheiro forte, que provocavam um tremendo bafo de dragão chinês, além de ter dispensado escovas de dentes. Para evitar a total imundice corporal, seus criados passavam uma toalha úmida pelo corpo de Mao todas as noites, enquanto examinava documentos, lia ou jogava conversa fora com outros camaradas.



MOSAICO

» Covarde é alguém que, numa situação perigosa, pensa com as pernas. (*Ambrose Bierce*)

» A diferença entre a genialidade e a estupidez é que a genialidade tem limites.

» Bom de briga é aquele que cai fora. (**ADONIRAN BARBOSA**)

» Uma comissão consiste numa reunião de pessoas importantes que, sozinhas, não podem fazer nada, mas que, juntas, decidem que nada pode ser feito. (*Fred Allen*)

» O tecido cartilaginoso, que forma o nariz e as orelhas, não deixa de crescer nem mesmo quando o indivíduo torna-se adulto.



Parentes

» Um casal vinha por uma estrada do interior, sem dizer uma palavra. Uma discussão anterior havia levado a uma briga, e nenhum dos dois queria dar o braço a torcer. Ao passarem por uma fazenda em que havia mulas e porcos, o marido perguntou, sarcástico:
- Parentes seus?
- Sim - respondeu ela - cunhados e sogra!

GENTE FALSA 7



Capacitação de tratoristas

O SENAR-PR e o Sindicato Rural de Japurá realizaram um curso de manutenção e operação de tratores. O instrutor do SENAR-PR, Darlan Cavalaro, orientou os agricultores participantes sobre como aproveitar ao máximo o potencial dos equipamentos agrícolas. O curso aconteceu de 14 a 18 de junho.

PITANGA

De Olho na Qualidade Rural

O curso De Olho na Qualidade Rural promovido pelo SENAR-PR, através da Regional de Pitanga, em parceria com a empresa Viveiro do Ivaí, foi encerrado dia 19 de junho. O curso aconteceu no município de Rosário do Ivaí e capacitou 22 produtores rurais que foram orientados pelo instrutor do SENAR-PR, Sérgio Yamada. O objetivo da capacitação foi mostrar aos agricultores a importância das práticas de descarte, organização, limpeza e higiene na administração da propriedade rural.



}} QUERÊNCIA DO NORTE

Corte e costura

No último dia 18 de junho, o Sindicato Rural de Querência do Norte e o SENAR-PR realizaram curso de corte e costura. Foi ministrado pela instrutora do SENAR-PR, Clotilde Andreotti, e contou com a participação de 21 agricultoras da região. Algumas das participantes nunca haviam tido contato com uma máquina de costura anteriormente e buscaram no curso uma nova oportunidade de geração de renda.



}} ASTORGA



}} MARINGÁ



Derivados de Soja

Nos dias 16 e 17 de junho, na sede da Sociedade Rural de Maringá, ocorreu o curso de derivados de soja, resultado da parceria entre o Sindicato Rural de Maringá e do SENAR-PR, com apoio da Sociedade Rural. A instrutora do SENAR-PR, Celeste de Oliveira Melo, orientou 12 participantes durante o curso. O objetivo foi divulgar as qualidades e benefícios do consumo dos derivados da soja.

}} JACAREZINHO



Pensando no futuro

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) distribuiu mudas de espécies nativas para os participantes do curso De Olho na Qualidade. Foi uma realização do SENAR-PR e do Sindicato Rural de Jacarezinho, sob a orientação do instrutor, Vidal Ferreira de Campos. O objetivo é a instalação de mata ciliar nas propriedades da região.

PDS em Astorga

Aconteceu entre 17 e 18 de junho e 1º e 2 de julho, no Sindicato Rural de Astorga, os dois primeiros encontros da Fase I do Programa de Desenvolvimento Sindical (PDS). O instrutor Valdir Madeira orientou a turma e o diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin, fez a abertura do evento. Também estiveram presentes o presidente do sindicato, Guerino Guandalini e o supervisor do SENAR-PR, Salvador José Morales Stéfano.

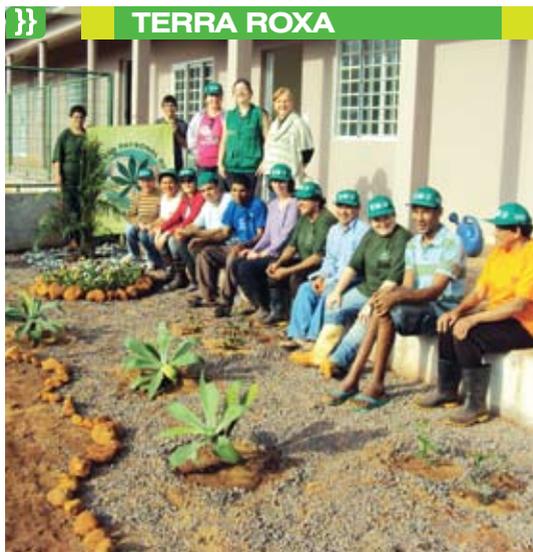


De grão em grão

O Sindicato Rural de Londrina, em parceria com o SENAR-PR e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), realizou curso de classificação de grãos. A instrutora do SENAR-PR, Maria de Fátima Marcondes, orientou os participantes sobre a classificação de grãos de milho, trigo e soja. O evento aconteceu nos dias 8, 15 e 22 de maio.



TERRA ROXA



Jardinagem na APAE

O Sindicato Rural de Terra Roxa, SENAR-PR e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) realizaram o curso de jardinagem com 10 participantes e ministrado pela instrutora do SENAR-PR, Tânia Ângela de Almeida. A formação e manutenção de jardins estavam entre os temas abordados no curso, que aconteceu durante os dias 28, 29 e 30 de junho.

MARILUZ

Regulagem e manutenção de colhedeira

O Sindicato Rural de Mariluz e o SENAR-PR realizaram um curso de operação e manutenção de colhedeira de cereais nos dias 1º a 5 de junho. O curso foi ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, José Alcides, e contou com a participação de 15 agricultores.



MEDIANEIRA



Solidariedade

No dia 16 de junho, as participantes do curso Mulher Atual da turma de Medianeira fizeram uma ação social no Asilo Áurea Zílio. Orientadas pela instrutora do SENAR-PR, Eliana Scherbak, arrecadaram alimentos, roupas, material de limpeza e cobertores para doar ao asilo. Em outra ação social a turma de agricultoras visitou a Associação de Reciclagem de Lixo do município, onde conheceram a biblioteca em que o acervo foi construído com os livros doados pela população e encontrados durante a reciclagem do lixo.



Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado do paraná | CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 04 - SAFRA 2010/2011

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 24 de Junho de 2.010 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Junho de 2.010 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2010/2011, que passam a vigorar a partir de 01 de Julho de 2.010.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Junho de 2.010 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM JUNHO/2010 | SAFRA 2010/2011 - PREÇOS EM REAIS A VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,44%	32,85	0,46%	36,86
AME	56,05%	33,21	46,65%	33,20
AEAd - ME	0,66%	1.066,92	2,24%	958,46
AEAd - MI	5,78%	842,21	8,34%	885,71
AEAof	0,08%	871,24	0,11%	816,24
AEHd - ME	19,40%	820,19	13,19%	842,28
AEHd - MI	17,23%	724,97	28,78%	773,00
AEHof	0,35%	748,77	0,23%	767,88
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	6,52%	865,28	10,68%	900,20
AEHd - ME+MI+of	36,98%	775,14	42,21%	794,63

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,44%	0,3725	0,46%	0,4179
AME	56,05%	0,3766	46,65%	0,3764
AEAd - ME	0,66%	0,3647	2,24%	0,3276
AEAd - MI	5,78%	0,2879	8,34%	0,3027
AEAof	0,08%	0,2978	0,11%	0,2790
AEHd - ME	19,40%	0,2926	13,19%	0,3005
AEHd - MI	17,23%	0,2586	28,78%	0,2757
AEHof	0,35%	0,2671	0,23%	0,2739
MÉDIA		0,3343		0,3200
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	6,52%	0,2957	10,68%	0,3077
AEHd - ME+MI+of	36,98%	0,2765	42,21%	0,2835

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ - PREÇOS EM REAIS A VISTA

SAFRA 2010/2011

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	0,91%	35,66
AME	45,66%	31,94
AEAd - ME	0,43%	958,46
AEAd - MI	11,75%	911,12
AEAof	0,02%	816,24
AEHd - ME	9,31%	841,20
AEHd - MI	31,88%	785,15
AEHof	0,05%	767,88

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	0,91%	0,4044
AME	45,66%	0,3621
AEAd - ME	0,43%	0,3276
AEAd - MI	11,75%	0,3114
AEAof	0,02%	0,2790
AEHd - ME	9,31%	0,3001
AEHd - MI	31,88%	0,2801
AEHof	0,05%	0,2739
MÉDIA		0,3244

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	35,43	39,57
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	35,43	39,57

Maringá, 24 de Junho de 2.010

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO
Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS
Vice-Presidente



Única no Paraná

Divulgação



O criador Sady Marcondes Loureiro Filho (leia-se Rosal do Cruzeiro) deverá ser o novo presidente da Associação Brasileira de Criadores de Caracu (ABCC) para o biênio 2011/2012. Única Associação Nacional com sede no Paraná, baseada em Palmas, a entidade reúne os maiores centros de criação da raça em todo o país e tem o objetivo de provar que a raça Caracu, genuinamente brasileira, quando usada nos cruzamentos industriais, principalmente com o Tabapuã, é imbatível no ganho de peso e no aproveitamento de carcaça. Maiores informações: www.abcc.com.br ou (46) 3262-1632.

Vendas de fertilizantes em 2010

Quando se inicia um período determinante para as vendas de fertilizantes no Brasil em 2010, quatro meses antes do plantio da soja, integrantes da indústria avaliam que as entregas de adubos no país deverão ficar acima dos resultados ruins registrados nos anos de 2008 e 2009, mas ainda distantes da melhor temporada de 2007. "Estamos esperando crescimento acima de 1 milhão de toneladas nas vendas (ante 2009), mas não chega a 24 milhões", afirmou o diretor da Agroconsult, André Pessoa. O recorde histórico de vendas de fertilizantes no Brasil, o quarto maior consumidor de adubos do mundo, foi registrado em 2007, quando as entregas somaram 24,6 milhões de toneladas. Em 2008 e 2009, patinaram somando 22,4 milhões de toneladas. "Isso porque a soja não deve crescer tanto, 300 a 400 mil hectares a mais (em relação a 2009/10). O crescimento do fertilizante este ano vai ser mais em cima de cana, um pouquinho de soja e um pouco de algodão, que está recuperando área plantada", acrescentou Pessoa. (Agência Reuters)

Seca em países produtores

A transição brusca do fenômeno climático El Niño para o La Niña está provocando uma forte seca em partes da Ásia, Oceania e Europa. A falta de chuvas afetou o desenvolvimento de lavouras importantes como trigo e arroz e tem impactado os preços no mercado internacional de grãos. Três grandes produtores de trigo - Rússia, Austrália e França - reduziram suas previsões para a safra de 2010/11. A situação é preocupante também na Tailândia, o maior exportador mundial de arroz, onde 60% do país está há meses sem chuvas. Paulo Molinari, analista da Safras&Mercado afirma que no primeiro sinal de quebra de safra de trigo em países produtores há reflexo nos preços globais. Ele pondera, porém, que mesmo com eventuais perdas os estoques mundiais de trigo estão em níveis elevados - a projeção é de 194 milhões de toneladas na safra 2010/11.

A Argentina está abatida

» E não é só por causa do resultado na copa. O abate de bovinos na Argentina caiu 30% no mês de abril. Foram abatidas apenas 950 mil cabeças de gado. O consumo caiu de 70,3 Kg/Hab/Ano para 56,3 Kg/Hab/Ano.

Pode sobrar pra alguém

» A disponibilidade de frango no mercado interno pode passar os 41 kg/hab/ano. A quantidade é alta, e a gente sabe muito bem o que acontece com o preço quando sobra produto no mercado. O ideal seria uma disponibilidade em torno de 36 kg/hab/ano para manutenção de preços razoáveis.

Halal sim, Haram não!

» O Brasil já é um dos principais mercados fornecedores dos produtos Halal de origem animal. O produto halal é aquele que segue as regras muçulmanas. Além das carnes de frango, bovina e ovos, outros produtos pegam carona na tendência. Açúcar, suco de uva e até água já estão sendo produzidos seguindo os preceitos do Alcorão.

O Brasil sem aftosa até o final do ano...

» Pelo menos é isso que disse o Ministro Wagner Rossi na abertura da 46ª Exposição Internacional, Agropecuária, Industrial e Comercial de Mato Grosso (Expoagro).

Tyson se prepara para mais um round

» Calma, não se trata do ex-campeão mundial de boxe Mike Tyson, mas sim a Tyson Foods. A empresa afirma que está pronta pra fazer investimentos no Brasil. E pelo que parece não vai ficar só na carne de frango. A empresa já investiu R\$ 250 milhões no Brasil e tem outros R\$ 40 milhões para gastar até o fim do ano fiscal, em julho.

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**
fabricio.monteiro@faep.com.br



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Cynthia Calderon (Cordenadora de Comunicação Social)
Leonardo Fagundes (redator)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Simon Taylor | Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Mais seis meses milho

Ação da FAEP
dilata prazo de
consulta pública



A consulta pública para a classificação e padrão do milho foi encerrada no último dia 6. A FAEP participou de reuniões com produtores, cooperativas e técnicos do Mapa para discutir os impactos da nova classificação sobre o setor produtivo. O objetivo foi comparar a atual classificação e a proposta em consulta pública. Foram analisadas 195 amostras do milho da última safra de verão, um produto oriundo de uma safra normal, com excelente produtividade e sem ocorrências climáticas prejudiciais.

Foi identificado que o novo padrão em consulta classificaria 85% do milho da Cooperativa Agrária, de nosso Estado, como Fora de Tipo. É muito preocupante o impacto negativo numa região considerada de excelência na produção de milho. Com isso, as cooperativas das regiões centro-sul, maiores produtoras de milho do país, decidiram realizar avaliação dos produtos recebidos da safrinha, comparando também as tabelas da classificação em vigor com a nova proposta.

A atual classificação está realmente defasada, mas não se deve construir uma nova classificação sem maiores informações de todas as principais regiões produtoras e em diferentes condições de clima. No entanto, o projeto de instrução normativa que aprovou o Regulamento Técnico de Identidade e de Qualidade do Café Torrado em Grão e do Café Torrado e Moído teve a abertura do processo para a norma em 2007. A consulta pública foi feita em março de 2008 e a Instrução Normativa 16 foi assinada em maio de 2010 e vai vigorar a partir de março de 2011.

Diante desse cenário, na avaliação do setor produtivo era necessário uma prorrogação da consulta pública por mais dois anos a partir do seu término. Essa proposta foi apresentada pela FAEP, Ocepar, OCB, CNA e Federações de Agricultura ao Ministério da Agricultura no dia 29 de junho.

Em 6 de julho, o Mapa atendeu parcialmente o pedido e concedeu mais 6 meses para a consulta pública do milho através da Portaria 332. Com o novo prazo, a FAEP entende que serão analisadas as safras nas diversas regiões produtoras do País e em condições climáticas e de produção diferenciadas. Com os resultados, será possível obter informações suficientes para a elaboração do regulamento técnico, que atenda às exigências do mercado compatível com a realidade do setor produtivo.

es para a classificação do

* LEILÕES



Desde maio a Conab promoveu quatro leilões na modalidade de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP), e foram negociadas apenas 418 mil toneladas de milho no Paraná por meio do leilão de Prêmio do Escoamento do Produto, para uma produção que alcançou na safra de verão 6,9 milhões de toneladas.

Os preços, que já estavam baixos desde aquela data, ainda não reagiram, registrando valor médio atual de R\$ 13,92 por saca e até o momento apenas 59% da safra de verão foi comercializada, conforme levantamento da SEAB/PR.

Diante disso e do deságio nos prêmios no lote da região mais distante de Paranaguá, a FAEP enviou ofício ao ministro da Agricultura solicitando que nos próximos leilões de PEP de milho, o volume da Região 1 (a mais distante do Porto) seja alterada de 80 mil toneladas para 160 mil toneladas, que somadas as 40 mil toneladas da Região 1, totalizam 200 mil toneladas para o Paraná.

FUNDEPEC-PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 30/06/2010

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	"FINANCEIRAS/BANCÁRIAS"	
	1 - 11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		14.602.983,52		2.341.952,64	-	21.242.090,78
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.572.269,26		141.274,87	-	4.991.131,41
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.572.721,26		-	-	3.054.679,41
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		68.776,34		-	-	122.361,34
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		6.897,38		-	-	12.735,99
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		84.277,19		-	-	121.379,60
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-		-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	18.046.606,04	**542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	29.466.811,10
						SALDO LÍQUIDO TOTAL		29.466.811,10

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:

1º - 14/12/2000 - R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 - R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 - R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 - R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 - R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 - R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 - R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 - R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 - R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 - R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 - R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 - R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*) | 3) Setor de Bovídeos (**) a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27 b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27 | 4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/O-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001

As expressões da gente de **Ponta Grossa** e dos **Campos Gerais** capturadas no livro:

Jacu rabudo*

Na diversificada colonização do Paraná, a mais antiga é formada por poloneses, alemães e italianos, no sul. Já, mineiros e paulistas colonizaram o norte, enquanto catarinenses e gaúchos fizeram a ocupação do oeste e sudoeste. As culturas desse mosaico étnico permitiram que também se cultivassem expressões características de cada uma dessas etnias. O professor-pesquisador Hein Leonard Bowles (jacurabudo@todapalavraeditora.com.br), doutor em Letras-Linguística e professor titular aposentado de língua inglesa da Universidade de Ponta Grossa publicou o livro "**Jacu Rabudo**" com metáforas e analogias utilizadas em sua cidade e nos Campos Gerais. Algumas delas:



- Ficou pra benzer tromenta:** ficou solteira
To batendo grade: Andando para lá e para cá à procura de trabalho, sem sucesso.
Sujeito é muito curu: Sovina, pão duro
Pinchando barro: Usado em referência a um carro atolado
Sujeito ta co tufo: Sujeito está endinheirado
Camarada é muito xaxixeiro: Mau profissional
Encuiô: para se referir a algo enrolado, embolado
Reco aberto: nada é do que o zíper aberto
Xaxo: Serviço mal feito
Tchavorta: Até a volta
Tudo é cem: o atual "é dez"
Sabugo: Empregado de baixa qualificação e nenhum poder de mando
Ter injeriza: Antipatia má vontade, aversão a algo
As pacuera: as entranhas, os intestinos

Vina: salsicha vermelha de cachorro quente. Wiener
 Wurst = Salsicha de Viena (curitibanos dizem que vina é vina)

Aipim-Salsa: também conhecida como batata-salva

Dolé: picolé

Pão com banha: saborosa e nutritiva iguaria culinária comum entre os descendentes de poloneses e ucranianos do Paraná.

Buenarada: o mesmo que dizer saudar muitas pessoas

Puxar o carro: Ir embora

De deitá a macega: muito forte, intensa

Dureiro: Prisão de ventre

De croque: de cócoras

Mar dos bofe: muito doente, dificuldade para respirar

Baruiando: animal no cio

Baruiada: prenha

Tá de Miguel: Mulher menstruada

* **Ele não pindoca bem:** ele não bate bem da cabeça

Pexada: privilégio

Baixou um quati: moleza, preguiça

Esganifada: esfomeada

Guapequinha: mesmo que vira-latas

Só coureando: ir atrás de damas da noite

Tastaviando: cambaleiar

Meiota: meio copo de cachaça

Enxuringada: velha, magra ou enrugada

Ratão: penetra

Dolézero: vendedor de dolé/picolé

Derreteu a borrada: bateu com cassetete

Passar ripando: passar em alta velocidade

* **Se metê a jacu rabudo:** meter-se em assuntos alheios

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
 Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
 Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____